

Copyright © 2008 by Renato Lessa

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/br/> ou envie uma carta para Creative Commons, 171 Second Street, Suite 300, San Francisco, California 94105, USA.

---

LESSA, Renato. O Experimento Bayle: forma filosófica, ceticismo, crença e configuração do mundo humano. Rio de Janeiro: Edição Laboratório de Estudos Hum(e)anos – Online, Dezembro 2008.

O *Experimento Bayle*: forma filosófica, ceticismo, crença e configuração do mundo humano<sup>1</sup>

Renato Lessa

Laboratório de Estudos Hum(e)anos

(Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/Universidade Candido Mendes)

Universidade Federal Fluminense

CNPq

*Quand l'auteur aurait dit mille injures à Bayle, il n'en serait résulté, ni que Bayle eût bien raisonné, ni que Bayle eût mal raisonné; tout ce qu'on en aurait pu conclure aurait été, que l'auteur savait dire des injures.*

Montesquieu<sup>i</sup>

## 1. Da forma Bayle

Começo por considerar o que pode ser designado como a *forma Bayle*. Thomas Lennon, em seu livro introdutório a respeito de Pierre Bayle, e a título do que definiu como *background ruminations*, indicou algumas características, a seu juízo, centrais do experimento bayleano do *Dictionnaire*: (i) presença de uma forma de explanação de caráter narrativo; (ii) uma forma de exercício filosófico na qual ocorre uma identidade entre filosofia e história da filosofia; (iii) uma aproximação entre as formas narrativas da história e da filosofia – e destas com a da ficção literária; (iv) uma forma de filosofia construída como diálogo<sup>ii</sup>.

Tais traços constituem os marcadores mais gerais do que aqui pode ser designado como a *forma Bayle*. Uma forma de filosofia que, contudo, exige, para que produza efeitos textuais visíveis, a ação de alguns operadores, que podem ser definidos, ainda a utilizar três fórmulas propostas por Lennon, como *independence of voice*, *personalized conscience* e *open-endedness*<sup>iii</sup>. Os três aspectos

---

1. Texto apresentado ao Colóquio “Pierre Bayle: historien et critique de la philosophie”, promovido pelo Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, pela Università degli Studi del Piemonte Orientale “A. Avogadro” (Itália) e pela Ecole Pratique des Hautes Etudes (França), de 22 a 24 de outubro de 2008. Texto a ser publicado na revista *Kriterion*, em 2009.

constituem, na linguagem de Mikhail Bakhtin, empregada na análise de Lennon, um texto de caráter *polifônico*: uma peça que, mais do que revelar a presença de uma autoria inequívoca, permite que seus personagens falem de modo autônomo e não como meros veículos para um autor oculto e onipotente.

Os dois últimos daqueles operadores - *personalized conscience* e *open-endedness* - dizem, respectivamente, do *caráter pessoal* do próprio texto bayleano e de seu *aspecto aberto e de não-terminalidade*. Ambos seguramente são fundamentais para a consideração do *enigma Bayle*. Gostaria, no entanto, de por sob foco mais preciso o que parece estar sob inspeção no primeiro operador, designado como *independence of voice*. Nos termos de Lennon, *independence of voice is the notion that characters speak for themselves, not as authorial mouthpieces*<sup>iv</sup>.

Um texto marcado pela presença dessa voz independente deve possuir características estruturais que o distinguem de narrativas *monológicas*. Por efeito de um contraste com os aspectos particulares de tais narrativas, a *forma Bayle* pode ser mais bem configurada. Tal forma constitui-se por oposição às seguintes características, todas elas típicas das narrativas monológicas: *objetividade, literalidade, fixidez, encerramento, impessoalidade e persecução da verdade como objetivo maior*. A série, devidamente negatizada e invertida, constitui o catálogo básico das características formais e narrativas do experimento Bayle. Na verdade, se tais características, de forma inevitável, manifestam-se fenomenicamente na ordem dos textos bayleanos, é de uma *forma de pensamento*, mais do que de um estilo narrativo, que estamos a falar.

Dois aspectos podem ser aqui considerados, pois permitem a passagem da forma textual para a forma do pensamento, sem supô-las em momento algum como entidades distintas.

O primeiro deles diz respeito ao aspecto histórico do empreendimento bayleano. O cético, em Bayle, como notou José Raimundo Maia Neto é “essencialmente um

historiador”<sup>v</sup>. Com efeito, Bayle, na *Dissertação sobre o Projeto do Dicionário*, faz uma defesa explícita da história contra o desprezo dos cartesianos: é necessário descrever os relatos tal como eles aparecem ao observador *no momento* em que o fazem. Tal traço, por sua vez, se traduz na aparição, no texto bayleano, de uma multiplicidade de vozes, cuidadosamente relatadas e a interagir com a voz do autor, na verdade uma entre tantas outras.

O caráter desse *historiador* pode ser apreendido através de uma distinção estabelecida por Bayle entre dois tipos de filosofia, praticadas respectivamente pelos *avocats* e pelos *rapporteur*<sup>vi</sup>.

*A Antiguidade conheceu dois tipos de filósofos, alguns agiam como advogados e outros como aqueles que reportam uma causa. Os primeiros [avocats] quando expõem suas opiniões, escondem tanto quanto podem o lado fraco de sua causa e o lado forte dos adversários. Os últimos [rapporteurs]... os céticos e acadêmicos, apresentavam fielmente, sem qualquer parcialidade, os argumentos fracos e fortes das partes em conflito*<sup>vii</sup>.

A distinção entre *rapporteur* e *avocat* indica ainda o caráter necessariamente *local* e *finito* do primeiro. Trata-se de um observador constituído por circunstâncias particulares, em um eco visível do Quarto Tropo de Enesidemo<sup>viii</sup>. A isso se junta uma inevitável aproximação com o *historikós* sextiano.

O segundo aspecto a levar em conta, na perspectiva de uma aproximação com a forma do pensamento bayleano, deriva diretamente do primeiro e diz respeito à oposição de Bayle a paradigmas que pressupõem a presença e a ação de *operadores de infinito* – para aqui introduzir a terminologia e o problema postos por Fernando Gil<sup>ix</sup>. Tais operadores procedem por meio de uma *precipitação da razão na existência*, pela qual toda contingência e toda variedade cedem diante do ânimo geométrico. No lugar de *operadores de infinito*, deparar-nos-emos em Bayle

com a presença de *operadores de circunstância, de circunscrição e de finitude*. Tais operadores estão necessariamente limitados *pelo espaço e pelo tempo*. A *crença no ilimitado* – do Deus anselmiano à soberania de Bodin - cede lugar à *crença no limite e na circunscrição*<sup>x</sup>. O peso da contingência em Bayle foi captado por Elisabeth Labrousse, em belo comentário no qual refere-se àquele autor como tomado por um *amour du concret qui le tourne avec prédilection vers le contingent par excellence*<sup>xi</sup>. A orientação para o que é circunscrito e particular tem como efeito a interpelação ativa das pretensões de universalidade e do espírito geométrico. Tal interpelação exige daquele que afirma o *fundamento* universal a apresentação de suas *fundações* particulares. Por ser o fundamento necessariamente inscrito no *recalcamento dos atos de fundação* – tal como Fernando Gil o sustenta -, a interpelação é irresponsável pelos dogmáticos. A crença dogmática no fundamento opõe-se uma crença natural no mundo tal como ele se apresenta: um mundo constituído por incontável variedade de circunstâncias, um tema que já se apresentara em Montaigne. O cético, como observador constituído por essa crença básica – *natural animal faith*, nos termos de Popkin<sup>xii</sup> - quando emite juízos sobre o mundo o faz movido por uma perspectiva de circunscrição, limite e irresolução. Os *operadores de circunscrição* – mais do que decorrer do imperativo da circunstância – são, ao mesmo tempo, *operadores de irresolução*. A precipitação no abismo dos fenômenos, sem o socorro da crença nos fundamentos, tem parte com a afirmação dos limites e da irresolução.

Seriam tais características de ordem puramente narrativa e formal? Em parte sim, posto que são dimensões, mais do que irrecorríveis, necessárias à fabulação filosófica. No entanto, gostaria de considerar a co-presença de um conjunto de definições substantivas, sem incorrer na ingenuidade de supor serem os problemas de natureza substantiva anteriores à sua formalização narrativa. De modo mais direto, em Bayle impõe-se um nexo indissolúvel entre forma e

conteúdo: trata-se uma forma que só pode apreender os problemas que comporta; trata-se, ainda, de uma substância – ou conjunto de problemas – que só pode ser constituída e revelada pela forma particular que a apresenta.

Em outros termos, há dimensões substantivas fortes que exigem a própria forma pela qual são consideradas. Do ponto de vista desta reflexão, três delas devem aqui ser consideradas: (i) uma perspectiva não geométrica na interpretação da história; (ii) o tratamento do tema da crença na configuração da vida social; e (iii) a não-terminalidade do experimento humano.

As três dimensões encontram-se presentes em uma metáfora a respeito da configuração de uma cidade. Ela foi apresentada por Bayle nas conclusões dos *Pensées Diverses sur le Comète*<sup>xiii</sup>. Brahami destaca na metáfora a comparação entre a desordem e a irregularidade que compõem a cidade ao longo do tempo com o caráter atribuído por Bayle a seus próprios *Pensées Diverses*. Com efeito, o texto, para Bayle, teria sido formado do mesmo modo:

*Vous remarquerez aisément dans cet ouvrage l'irrégularité qui se trouve dans une ville. Parce qu'une ville se bâtit en divers temps, et se répare tantôt en un lieu, tantôt une autre, on voit souvent une petite maison auprès d'une neuve. Voilà comment cet amas de pensées divers a été formé.*

Tanto na configuração histórica da cidade como no campo do pensamento, o peso da contingência e do acréscimo fragmentário indica a presença dos operadores de circunscrição já mencionados. A cidade, com efeito, aparece como depósito intertemporal de acréscimos e dizimações. O movimento da metáfora estabelece um modo de configurar a ação humana, sempre *circunscrita*, *local* e *passional*. Parece-me pertinente, ainda, o comentário de Brahami, a respeito de Bayle como *historiador* e não como *geômetra*<sup>xiv</sup>.

Proponho-me, a seguir, a desenvolver um experimento. Trata-se de, a partir (i) das referências de Bayle a Maquiavel, Bodin e Hobbes, no contexto do Dicionário, e (ii) do modo pelo qual foi recepcionado por Montesquieu, no início do séc. XVIII, constituir um mundo bayleano no qual as três dimensões acima mencionadas têm lugar de destaque. Em outros termos, trata-se de propor uma simulação que bem poderia receber o título de *Bayle parmi les philosophes politiques*.

Não será ainda dessa vez que o *enigma Bayle* será solucionado. Longe de tal ambição claramente contra-bayleana, o que pretendo é testar a sensibilidade de Bayle para o tema da experiência humana no mundo.

## 2. Bayle leitor de Maquiavel, Bodin e Hobbes

Parto aqui de um comentário sugestivo, feito por Sally Jenkinson, na Introdução ao volume Bayle, da série de clássicos do pensamento político, editada pela Cambridge University Press. Trata-se necessidade de reinterpretar Bayle, como analista do pensamento e da prática da política, como pensador em diálogo com os grandes pensadores da modernidade, tais como Maquiavel, Bodin e Hobbes e como protagonista de uma *teoria política da diversidade*<sup>xv</sup>.

Jenkinson, contudo, não tira proveito de seu ótimo insight. Preso ao contextualismo cambridgeano, trata, sob a promissora rubrica "The political ideas which Bayle opposed", apenas de tendências políticas e ideológicas correntes naquela quadra histórica: gallicanistas, huguenotes, *politiques*, ultramontanos. O material que acabou por editar pode, no entanto, revelar afinidades e aversões bayleanas para além das marcas da conjuntura imediata. É certo que Bayle, pensador por excelência das circunstâncias, considera de forma atenta as vertentes que configuram o campo político imediato. Seu argumento a respeito da tolerância, por exemplo, assim o exige. No entanto, a intervenção de

Bayle – tal como o havia sido, em direção diversa, a de Espinosa – parece ser de natureza *filosófico-política*. Quer isso dizer que incide sobre um campo mais amplo do que o da política imediata e é por meio dessa intervenção que o encontramos a falar de Maquiavel, Bodin e Hobbes.

1. No verbete do *Dicionário* a respeito de Maquiavel, Bayle não disfarça sua admiração, tanto no que diz respeito ao realismo político quanto à perspectiva não-geométrica do secretário florentino<sup>xvi</sup>. Apesar de reconhecer que “não há muitos autores que sobre ele escrevem sem tentar denegrir sua memória”, Bayle sugere uma linha de defesa:

*Se os seus motivos são assunto controverso, deve-se, no mínimo, reconhecer que em sua conduta ele apresentou-se como inspirado de modo formidável no espírito do republicanismo<sup>xvii</sup>.*

Bayle reage aos críticos de Maquiavel, com menção especial ao Padre Lucchesini que, em 1697, fez publicar em Roma um livro com o sugestivo título de *Saggio della sciocchezza di Nicolò Machiavelli*. Na seqüência, apresenta sua hipótese maior a respeito do sentido principal do *Príncipe*, por meio de uma citação do “autor das *Nouvelles de la Republique des Lettres*”:

*É surpreendente que haja tão poucos que contestem que Maquiavel sugira aos príncipes uma política perigosa, dado que, ao contrário, são os príncipes que impõem a Maquiavel tudo o que ele escreveu. Seus mestres foram o estudo do mundo e a observação de desdobramentos reais, e não uma imaginosa meditação pessoal<sup>xviii</sup>.*

Há aqui um evidente eco da fórmula clássica de Maquiavel - *la verittà effettuale delle cose* – e dos termos da carta dedicatória que escreveu a Lorenzo de Médici: ...

*la cognizione delle actioni delli uomini grandi, imparata da me con una lunga esperienza delle cose moderne e una continua lectione delle antiche.*

Na defesa de Maquiavel, a adesão a um argumento de realismo político: o pecado, “no caso dos soberanos, sem ser desculpável, é necessário”. No entanto, cabe a reserva, não são poucos os que se contentam com o que é necessário: “eles não estariam nessa ruínosa condição de necessidade se fossem todos homens decentes”<sup>xix</sup>. O exercício da política é instrutivo: por meio dele “os mais inocentes aprenderiam a ser repreensíveis, através do simples exercício da realeza e sem a necessidade de qualquer tutor”<sup>xx</sup>. Bayle, ao falar de Maquiavel, aceita um princípio de mecânica ou de automatismo da maldade: não é necessário que o príncipe seja mau ou imoral. São antes as contingências da política que impõem sua lógica própria. Há, pois, uma dimensão fática e irrecusável que estabelece a sua própria evidência.

O mérito de Maquiavel teria sido, portanto, o de revelar uma fenomenologia da política antes encoberta por representações e imagens inadequadas. Um dos comentadores mobilizados por Bayle, para defesa do autor do *Príncipe*, o republicano Trajano Boccalini, em seu *Ragguagli di Parnasso*, “com grande sutileza sugere que Maquiavel aprendeu o que significa a política em seu *Príncipe* com o reinado de certos papas”<sup>xxi</sup>. A menção a Boccalini é importante, um dos argumentos básicos de Bayle a respeito de Maquiavel - o de seu mimetismo - parece ter sido dele diretamente retirado.

Bayle prossegue com o argumento Boccalini: se o que escrevi decorre de doutrina própria, de minha própria invenção, que sobrevenha merecida sentença sobre mim; se, ao contrário, o que escrevi decorre da observação das ações de certos príncipes, porque razão seria eu condenado como ateu ou calhorda e seriam os autores reais dos fatos execráveis considerados inocentes? “Que razão há para

que um original seja tomado como sagrado e sua cópia queimada como ímpia e execrável? <sup>xxii</sup>”

Há, contudo, um perigo em Maquiavel, diz-nos Bayle, que decorre do que poderia ser aqui designado como seu *mimetismo político*: “É incontestável, no entanto que a leitura da história incidentalmente produz de modo preciso o mesmo efeito produzido pela leitura de Maquiavel” <sup>xxiii</sup>. O cuidado na leitura de Maquiavel não exige a refutação de suas observações, mas a atenta percepção da perspectiva a partir da qual foram construídas. As máximas e os conselhos práticos de Maquiavel devem ser avaliados da perspectiva do príncipe ou de seus ministros; isto é, por aqueles que, antes de ocupar essas posições, devem tê-las detestado e as condenado: “para tornar-se príncipe, ou ao menos um ministro, é necessário compreender, não apenas a utilidade, eu afirmo, mas a necessidade absoluta daquelas máximas” <sup>xxiv</sup>.

O reconhecimento do realismo político de Maquiavel constitui para Bayle um aspecto de sua perspectiva mais ampla de interpretação da vida social. Para Maquiavel o realismo político impõe-se pela imparável atividade humana em sua obsessão por melhorar. A diversidade das ações humanas configura um cenário potencial de desordem, que acaba por exigir a ação ordenadora do soberano. Uma ação que decorre da contingência da variedade humana, sendo ela mesmo contingente. Bayle, com grande probabilidade, admirou em Maquiavel a ausência do espírito de geometria ou de uma *vontade de sistema* <sup>xxv</sup>. O trânsito bayleano para um realismo mais amplo, de natureza sociológica, pode ser atestado em seguinte passagem dos *Pensamentos Diversos sobre o Cometa*, na qual o autor fornece alguns conselhos para nações que desejam riqueza e poder: manter a avareza e a ambição “em todo o seu ardor”, premiar os que inventam manufaturas e desenvolvem o comércio, “não temer os efeitos do amor pelo ouro”. As desordens que assaltaram os romanos pela cobiça por ouro não são

razões para preocupação: “não é necessário que as mesmas coisas aconteçam em todas épocas e sob climas diferentes”. O desfecho: “Você conhece a máxima de que um homem desonesto é capaz de ser um bom cidadão. Ele proporciona serviços que um homem honesto é incapaz de executar”<sup>xxvi</sup>.

2. Consideremos, agora e de modo mais breve, o verbete do *Dicionário* dedicado a Jean Bodin<sup>xxvii</sup>. Para Bayle, Bodin foi “um dos franceses mais inteligentes do século XVI”. Ao contrário do que a legenda absolutista de Bodin poderia supor, o que sobrevém do relato de Bayle põe em relevo dimensões distintas. Na nota I do verbete dedicado a Bodin, por exemplo, Bayle afirma que em pelo menos uma ocasião – nos États de Blois – Bodin “teria demonstrado boa vontade com relação aos direitos do povo”<sup>xxviii</sup>. O ângulo de Bayle privilegia o tema da tolerância religiosa e não o de uma reflexão a respeito da soberania. Bodin surge nesse quadro menos como um autor devotado ao tema da soberania e mais como alguém preocupado com papel que esta cumpre no que diz respeito à liberdade religiosa. Dessa forma, Bayle qualifica o comportamento de Bodin em Blois: Bodin “teve a coragem de opor-se aos que queriam que todos os súditos do rei fossem compelidos a professar a religião católica (pois) tal resolução configuraria uma infração dos Editos”<sup>xxix</sup>. Bodin, segundo Bayle, teria afirmado que às seitas religiosas deveria ser garantida a liberdade de consciência.

Com relação ao tema central de Bodin – o da soberania – Bayle aponta o que define como inconsistência daquele pensador. Ao mesmo tempo em que Bodin “falou de forma direta contra os que mantêm que a autoridade real é ilimitada ... falhou em satisfazer os que têm sentimentos republicanos”<sup>xxx</sup>. A razão disso teria sido a crença de Bodin de que “não é apropriado aos súditos conspirar contra a vida e contra a honra dos monarcas, tanto por meios violentos como por meios judiciais, mesmo que tenham cometido toda vilania, impiedade e crueldade que

possam ser nomeadas”<sup>xxxii</sup>. O juízo de inconsistência deriva da incompatibilidade entre essa doutrina com o que seria a opinião firme de Bodin: “o poder dos monarcas possuía certos limites e eles eram obrigados a governar de acordo com a lei, embora se deva reconhecer, ao final, que ao subscrever essas doutrinas os monarcas mantêm no coração o bem público e a paz e a tranqüilidade do Estado”<sup>xxxiii</sup>.

Realismo político e tolerância combinam-se na avaliação de Bodin feita por Bayle. A recepção bayleana de certa ilimitação do poder parece regulada pela percepção de que esta é uma garantia para a liberdade religiosa. Trata-se, pois, de quebrar o vínculo entre soberania ilimitada e homogeneidade em matéria de crença e culto religiosos.

3. Na nota E de seu verbete sobre Hobbes<sup>xxxiii</sup>, Bayle considera a recepção do *De Cive*: “A obra proporcionou a Hobbes muitos inimigos, mas ele obriga os que possuem visão mais larga a admitir que os fundamentos da política jamais haviam sido tão bem analisados”<sup>xxxiv</sup>. No entanto, Hobbes teria levado as coisas “longe demais”<sup>xxxv</sup>. Em sua oposição aos adeptos do parlamento, Hobbes optou por uma posição extremada ao postular que a autoridade dos reis não deve ter limites e que os aspectos exteriores da religião, cause mais virulenta da guerra civil, deve depender de sua vontade”<sup>xxxvi</sup>.

Mas, a distinção de fundo é de outra natureza. Não são as injunções políticas da obra hobbesiana que importam a Bayle, e sim o modo pelo qual constrói o seu sistema. Aos olhos de Bayle, Hobbes não é suspeito de loucura, ainda que não deixe escapar que o autor do *Leviathan* temia assombrações. Mas, de todo modo, a acusação parece ser menos grave do que a dirigida a Espinosa. O problema de Hobbes é o da aplicação do espírito geométrico aos assuntos humanos. A elegância da construção faz com que alguns considerem o sistema de Hobbes

compatível com um estado imune à instabilidade. No entanto, o ceticismo bayleano opõe à pretensão sistemática, mais uma vez, o primado do contingente e do circunstancial:

*...as idéias mais razoáveis estão sujeitas a milhares de inconveniências quando postas em prática; quando são feitas tentativas de implementá-las diante do assustador volume de emoções que impera entre a humanidade: não é nada difícil encontrar muitas falhas no sistema político desse autor<sup>xxxvii</sup>.*

Em sua passagem mais eloqüente, no contexto aqui analisado, a respeito de seu ceticismo diante da pretensão sistemática Bayle nomeia os inimigos invencíveis de sistemas tais como os de Platão, More e Campanella: “as paixões humanas, que se alimentam umas às outras e prodigiosa variedade, imediatamente arruinarão s esperanças inspiradas por esses sistemas refinados”. O mesmo se dá com os matemáticos, quando tentam aplicar ao mundo material suas “linhas e suas áreas”. Bayle controla plenamente a força retórica do seu argumento anti-matemático: “Isso pode servir como metáfora para as paixões humanas reais, quando confrontadas por teorias especulativas de um homem que tenha formado uma idéia de governo perfeito”<sup>xxxviii</sup>.

São as paixões humanas que derrotam o espírito matemático e a obsessão por sistemas. Dessa forma, o veto ao espírito geométrico aproxima-nos do tema da condição humana. Ao atingir o tema antropológico, Bayle opõe Descartes a Hobbes. Aqui o que importa não é a denúncia das obsessões geométricas, mas as proposições hobbesianas a respeito da natureza humana. Segundo Descartes, pelas mãos de Bayle, os princípios de Hobbes são “extremamente perniciosos e muito perigosos”, na medida em que apresentam os seres humanos como brutais e lhes dá razão para assim o ser. Diz ainda Descartes que o propósito hobbesiano

de escrever a favor da causa monárquica poderia ser cumprido a partir de “máximas mais virtuosas e mais substanciais”. Conclui afirmando não ver como Hobbes poderia impedir que seu livro – *De Cive* – fosse censurado<sup>xxxix</sup>.

Bayle concorda com Descartes em seu desacordo com a premissa da brutalidade humana e recorda a desaprovação a Gucciardini feita por Montaigne: a despeito do fato de estar ciente das imperfeições da humanidade, Montaigne não subscreve a atribuição de motivos sórdidos às ações humanas, que seria marca do italiano. A querela permite a Bayle introduzir sua própria voz no assunto:

*É inegável tanto a existência de alguns homens que regem sua conduta de acordo com idéias de decência e sem desejo de glória quanto o fato de que a maior parte da humanidade é apenas moderadamente repreensível. Tal ordinariedade – médiocrité – é suficiente, admito, para permitir que a história dos assuntos humanos seja saturada por iniquidades, o que conduz por quase toda parte à corrupção dos corações; mas seria muito pior se a maior parte dos homens, em alguns casos, não fosse capaz de reprimir suas inclinações desagradáveis, quer por medo da desonra quer por esperança de aprovação. Isso, ademais, é uma prova de que a corrupção não atingiu seu grau máximo. Não considero aqui os efeitos da verdadeira religião, mas apenas a humanidade em geral<sup>xl</sup>.*

Parte considerável do desacordo de Bayle pode ser atribuído ao fato de que, mais do que movido por um sistema com pretensões geométricas, Hobbes pretende nele encerrar a idéia mesma de natureza, quer pela definição de uma lei natural, quer pela postulação de uma natureza humana universal. A natureza como fundamento opõe-se à variedade da experiência histórica, uma diversidade constituída por uma experiência passional acumulada. Em outros termos, a oposição mais fundamental de Bayle ao jusnaturalismo – e a mais

especificamente cética, como sustenta Brahami<sup>xii</sup> – diz respeito às relações entre a suposição da natureza e a variedade histórica.

Para além dos limites do verbete Hobbes, Bayle externou por vezes uma concepção negativa da natureza humana. Na *Continuation des Pensées Diverses* o homem é “un fonds gatê et corrompu, et une terre maudite”<sup>xiii</sup>, em um registro que sabe a Agostinho e aos jansenistas (e mesmo aos calvinistas). A natureza em geral, longe de ser uma norma, é uma patologia: “La nature est un état de maladie”, segundo o texto das *Réponses aux questions d'un provincial*<sup>xiiii</sup>. Segue-se que as impressões da natureza não são critério nem de verdade epistemológica, nem de valor moral. Ao contrário de Hobbes, não é a história que deve ser ignorada, mas a natureza. A história humana se constrói fora – a jusante – da natureza.

No mesmo texto, aparece como impossível a distinção no homem daquilo que decorre das impressões da natureza e daquilo que provém da educação. Não há um conceito inequívoco de natureza, suficientemente claro para produzir efeitos positivos tanto em política como em moral (não sabemos o que é natural em política e em moral).

*Il n'y a guère de mot dont on serve d'une manière plus vague que celui de Nature. Il entre dans toutes sortes de discours tantôt en un autre, et on ne s'attache presque jamais à une idée précise. Mais quoi qu'il en soit, ceux qui philosphenent exactement m'avoueront que pour être bien assurés q'une telle et une telle chose nous sont inspirées par la nature, il faudrat savoir que de jeunes gens le connaissent sans le secours d'aucune instruction. Je ne crois pas qu'on ait des expériences de ce qui se passe dans l'esprit d'un homme, à qui n'ait rien appris. Si l'on avait fait élever um certain nombre d'enfants par des personnes, que se fussent contentes de les nourrir sans leur enseigner aucune chose, nous verrions de quoi la nature toute seule est capable, mais nous ne connaissons que des*

*gens que l'on a sifflés dès le berceau , et à qui l'on a fait accroire tout ce que l'on a voulu*<sup>xliv</sup>.

A idéia de natureza humana resta confusa e indistinta. Não podemos dizer o que resulta da natureza e o que é proveniente do artifício. Em Bayle seria impossível realizar o projeto de Rousseau, anunciado na Introdução ao *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*: distinguir na conformação dos homens o que é natural e o que lhe foi acrescentado artificialmente.

Bayle teria retido de Hobbes, segundo Frédéric Brahami, a tese da necessidade de um poder político forte, dotado da prerrogativa da obtenção da lealdade absoluta dos súditos. Em uma palavra, nele teríamos uma associação entre *absolutisme et loyalisme*<sup>xlv</sup>. Em tal aproximação, o que estria em jogo é a aceitação bayleana dos *effets de surface de la philosophie hobbesienne*, e não de seus fundamentos. Para Hobbes, a soberania deduz-se das leis naturais, ela é um corolário do próprio direito de natureza, inscrito na dinâmica da auto-preservação. É o direito de natureza que, diante da ameaça crível da morte violenta, indica o caminho racional da instituição consensual da soberania.

Já em Bayle, o poder deve ser forte, mas sua potência e autoridade não derivam de qualquer racionalidade inscrita em seus fundamentos. Brahami faz menção ao *L'Avis aux Réfugiés* (texto no qual Bayle endossa um personagem violentamente antiprotestante): o poder é absoluto ou não o é; ou “bien l'autorité monarchique joue 'a pur et à plein' ou bien c'est la anarchie”. Para Brahami, Bayle não está preocupado em empreender uma análise da origem da legitimidade: “Bayle écrit en 'politique': il faut un pouvoir forte pour assurer la paix”.

Mas se associarmos a paz como objetivo ao tema da diversidade das seitas e ao das garantias a sua liberdade de expressão, o soberano ao qual se deve conceder

um poder forte não parece ser o hobbesiano, mas o de Bodin, pelas próprias razões antes apresentadas por Bayle.

Os principais diferendos de Bayle para com Hobbes dizem respeito, pois, à pretensão de uma ciência da política e à postulação de uma natureza humana universal, cujos traços constituem-se como referência compulsória e racional para a configuração do Estado. No que diz respeito ao tema da soberania, esta parece ser algo que resulta antes da experiência do mundo do que da razão e do direito natural.

O saber da política em Bayle é antes uma *téchne* do que uma ciência *more geométrico*. Trata-se de uma ciência conjectural, tal como a medicina, suscetível ao acaso e ao impetrativo das circunstâncias particulares, tal como estabelecido nas *Réponses*. No que diz respeito à política, a ciência é substituída por uma arte que exige um senso agudo de singularidade, não suscetível de subordinação a um quadro regido por máximas abstratas.

### 3. Dos erros de Bayle: Montesquieu

Para Schakleton, Montesquieu no início de sua carreira literária sofreu vigorosa influência de Bayle <sup>xlvi</sup>. O primeiro registro dessa influência pode ser encontrado na *Dissertation sur la politique des Romains dans la religion*, de 1716. Na abertura, Montesquieu reforça o tema da origem política das religiões: “*Ce ne fut ni la crainte ni la pitié que établit la religion chez les Romains, mais la necessite où sont toutes les sociétés d’en avoir une*” <sup>xlvii</sup>. Schakleton indica a afinidade entre essa passagem de Montesquieu e a seguinte, na abertura das *Considérations des Pensées Diverses*, na qual Bayle celebra os que deram origem aos Estados: “*Leur soins ont civilisé les*

*hommes sauvages, et leur ont donné un nouveau goût par l'introduction du culte des dieux" xlviii.*

A afinidade se apresenta ainda na utilização de uma mesma passagem de Agostinho, por Bayle e Montesquieu, no *De Civitate Dei*. Segundo Schakleton,

*The assertion by Scaevola and Varro that is necessary that the people should believe many false things that are true, and Scaevola's insistence that there are three kinds of gods, those invented by poets, those invented by philosophers, those invented by politicians, occur early in Montesquieu's dissertation, and they are both to be found in Bayle (Segundo Schakleton nos Pensées Diverses, I, p.175 e na Continuations des Pensées Diverses, I, p. 225) xlix.*

Uma passagem de Montesquieu, com sabor fortemente bayleano, aparece na mesma *Dissertation*:

*Toutes les religions, toutes les théologies y étaient également bonnes; les hérésies, les guerres et les disputes de religion y étaient inconnues; porvue qu'on allât au temple, chaque citoyen était grand pontife dans sa famille!*

Há, contudo, objeções por parte de Montesquieu. Não mais o jovem autor das *Dissertations*, mas o autor do *Espírito das Leis*, em seu livro XXIV, nos capítulos 2 ("Paradoxo de Bayle") e 6 ("Outro paradoxo de Bayle"), indica dois erros cometidos pelo autor do Dicionário, a saber:

- (i) *Bayle pretendeu provar que valia mais ser ateu do que idólatra;*
- (ii) *Bayle, depois de ter insultado todas as religiões, flagelou a religião cristã; ousou afirmar que verdadeiros cristãos não formariam um Estado que pudesse subsistir.*

As objeções de Montesquieu dizem respeito a duas teses de Bayle, que podem ser descritas como dois argumentos:

(i) Argumento da indistinção entre ateísmo e cristianismo no que diz respeito à moralidade:

Bayle sustenta que uma sociedade de ateus agiria de modo semelhante a uma sociedade de cristãos: a motivação real dos homens – ateus ou cristãos – está contida nas “paixões que dominam no momento seu coração ... (e pela) inclinação natural por prazer”<sup>ii</sup>. A origem das virtudes (inclinação à piedade, sobriedade, etc...) não depende da “suposição de um deus”...mas do “temperamento e da constituição particulares” (do agente), “fortalecidas pela educação, pela auto estima, pela vaidade, pelo instinto de razão....motivos que prevalecem tanto nos ateus como nos demais”<sup>iii</sup>.

(ii) Argumento da distinção entre virtude privada – i. e., no plano da crença individual – e seu efeito agregado, tal como pode ser depreendido da seguinte passagem dos *Pensées Diverses sur le Comète*:

*Os verdadeiros cristãos, parece-me, consideram-se a si mesmos como viajantes e peregrinos na direção do paraíso, seu verdadeiro país. Percebem o mundo como um exílio...estão...sempre dispostos a mortificar sua carne, a reprimir o amor por riquezas e honras, a reprimir os prazeres da carne e a subjugar o orgulho... Examine bem isso e você concluirá, estou certo, que uma nação totalmente composta por pessoas desse tipo seria rapidamente escravizada se algum inimigo se dispusesse a conquista-la, porque seria incapaz de contar com bons soldados ou de dispor de dinheiro suficiente para pagar o custo dos mesmos<sup>iiii</sup>.*

O que a recepção de Montesquieu põe em relevo, na obra de Bayle? Tanto a recepção positiva quanto a negativa iluminam aspectos importantes da reflexão de Bayle. No primeiro caso, trata-se do desenvolvimento de uma abordagem

civil e histórica do tema da religião. São os efeitos das crenças religiosas que parecem importar, e na consideração da produtividade social da crença religiosa emerge um argumento de corte teológico-político. Nessa chave a religião importa como parte do ordenamento político.

A recepção negativa diz do desconforto de Montesquieu com duas teorias bayleanas que, para além do conteúdo específico de cada uma delas, indicam a presença na configuração do mundo histórico e social de *mecanismos de indeterminação*. Tais aspectos ficarão mais claros por meio da menção a Mandeville. Mas desde já, a indeterminação mencionada se deve ao fato de que é impossível derivar de uma profissão de fé religiosa a natureza do comportamento moral do agente, fato que aproxima o ateu do crente. Não é sua crença que determina seu modo de estar no mundo, mas um complexo causal no qual se mesclam de forma não antecipável aspectos não-reflexivos (passionais), algumas crenças e artifícios culturais (educação). O sentido geral do experimento social não é antecipável pela ação imparável de uma miríade de seres humanos.

\*\*\*\*\*

A imagem sugerida por Bayle a respeito da ordem social revela um cenário no qual opera uma descontinuidade entre as imagens e representações que os indivíduos fazem de si mesmos e de seus propósitos no mundo e o resultado agregado de suas ações. O que se apresenta é um o abismo das combinações, um resultado não antecipado das interações humanas.

A observação atenta de Maquiavel aos exemplos e fatos da história e a renúncia à ciência *more geométrico*, por meio do comentário a Hobbes, parecem corresponder a um espírito de *open-endedness* que preside a compreensão bayleana do experimento humano. Tal princípio, mencionado por Lennon, ata em mesmo movimento a *forma narrativa Bayle* e a *forma do mundo Bayle*. Um dos legados para

o século XVIII – e para depois – é o desafio de compreender a vida social como algo que não resulta de finalidades ontológica e racionalmente pré-estabelecidas.

Não é mais o caso de falar no *enigma Bayle*, e sim no *problema Bayle*, no que diz respeito ao entendimento dos modos de configuração da vida social. Um problema que envolve uma concepção aberta e não-finalista da história e uma forma própria de considerar o tema da crença. Há, em Bayle, um esforço de distinção entre a crença como doutrina dogmática e compreensiva, como pretensão de atribuição completa de sentido ao mundo, e como um operador infinitesimal, como domínio da *pequena crença*, do *local knowledge* geertziano, que, a despeito de seu alcance imediato, produz, no agregado, efeitos independentes e não antecipados. Por vezes tal micro-domínio aparece subsumido em um campo puramente passional e não-reflexivo. No entanto, e caberá a Hume demonstrar a questão, tal domínio passional é constituído por crenças naturais que são condições de possibilidade para o exercício das paixões.

Nesse sentido, a crença é sempre local – mais uma vez a sombra do tropo das circunstâncias, cláusula pétrea do ceticismo. A crença é sempre local, mas seus efeitos são gerais: um mistério se inscreve na própria fábrica do social: como explicar o nexos daquilo que provém de uma miríade de situações e crenças locais e acaba por configurar um efeito agregado não-antecipado. Está posto o desafio para uma teoria cética da causalidade, que consiste em observar e relatar a relação entre ação humana e seus resultados, sem qualquer ajuda do aristotelismo (hipótese teleológica) ou de qualquer decantação providencial da razão na história (jusnaturalismo).

Em um comentário conclusivo mais breve do que seria recomendável, pela natureza do problema, três tratamentos do *problema Bayle*, a partir da aceitação de suas premissas, se configuraram no século XVIII: a crença no automatismo

social presente em Mandeville e garantido pela passagem dos vícios privados para o domínio das virtudes públicas; a concepção de história desenvolvida por Adam Ferguson, segundo a qual a história resulta da ação, mas não do desígnio humano e a solução humeana, segundo a qual a fábrica do social é regulada por uma estranha combinação entre paixões, benevolência e regras artificiais de justiça, um compacto cuja vigência tem como garantia o hábito.

- 
- i. Apud R. Shackleton, "Bayle and Montesquieu", In: Paul Dibon (Ed.), *Pierre Bayle: Le Philosophe de Rotterdam*, Amsterdam/Paris: Elsevier/Vrin, 1959, p. 148.
- ii. Thomas Lennon, *Reading Bayle*, Toronto: University of Toronto Press, 1999, pp. 24-28.
- iii. Ibidem, pp. 31-41.
- iv. Ibidem, p. 31.
- v. Cf. José Raimundo Maia Neto, "O ceticismo de Bayle", *Kriterion*, 93, 1995, p. 86.
- vi. Sobre essa distinção ver o artigo mencionado de José Raimundo Maia Neto, *Kriterion*, 93, 1995, pp. 77-88
- vii. Cf. Pierre Bayle, Nota G, do artigo sobre Crisipo, *Dicionário Histórico e Crítico*, apud Maia Neto, op. cit. Pp. 84-85.
- viii. O enunciado completo do Tropo, na tradução do Reverendo Bury, é o seguinte: "...this mode, we say, deals with states that are natural or unnatural, with waking or sleeping, with conditions due to age, motion or rest, hatred or love, emptiness or fullness, drunkenness or soberness, predispositions, confidence or fear, grief or joy". Cf. Sexto Empírico, HP, I, 101.
- ix. Cf. Fernando Gil, *A Convicção*, Porto: Campo das Letras, 2003, esp. 2ª parte: "O pensamento soberano", pp. 93-170.
- x. Tratei de forma mais demorada o tema dos operadores céticos de circunscrição no ensaio "Montaigne's and Bayle's Variations: The Philosophical Form of Scepticism in Politics". Disponível em <http://www.estudoshumeanos.com/pdf/the-philosophical-form.pdf>.
- xi. Cf. Élisabeth Labrousse, *Pierre Bayle*, Paris: Albin Michel, 1996, p. 5.
- xii. Cf. Richard Popkin, "Pierre Bayle's place in the 17<sup>th</sup> century", In: Paul Dibon, op. cit., p. 15.
- xiii. Cf. Pierre Bayle, *Pensées Diverses sur le Comète*, 262, 158b, apud Frédéric Brahami, *Le Travail du Scepticisme: Montaigne, Bayle, Hume*, Paris: Presses Universitaires de France, 2001, p. 78.
- xiv. Cf. Frédéric Brahami, *Le Travail du Scepticisme: Montaigne, Bayle, Hume*, p. 78.
- xv. Cf. Sally Jenkinson, "Introduction: a defence of justice and freedom", In: Sally L. Jenkinson (Ed.), *Bayle: Political Writings*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. xix.
- xvi. Cf. Pierre Bayle, "Machiavelli", In: Sally L. Jenkinson (Ed.), op. cit., pp. 162-171.
- xvii. Ibidem, p. 163.

<sup>xviii</sup>. Ibidem, p. 165: *It is surprising that there have been so few who contest that Machiavelli imparts to princes a dangerous politics, given that, on the contrary, it is princes who have imparted to Machiavelli everything that he writes. His masters have been the study of the world and the observation of real involvements, not a fanciful closet meditation.*

<sup>xix</sup>. Ibidem, p. 165: *There is a distinguished philosopher of the present age who cannot bear it to be said that is inevitable for man to sin. I believe, however, that he now acknowledges that sin in the case of sovereigns, without being excusable, is a necessary thing; yet not only are so few content with what is necessary, they would not need to be in this wretched condition of necessity if they were all decent men.*

<sup>xx</sup>. Ibidem, p. 165: *the most innocent would learn to be reprehensible through the bare exercise of royalty and with no need for any tutor.*

<sup>xxi</sup>. Ibidem, p. 165. *Boccalini with great subtlety conveys us that Machiavelli learnt the politics in his Prince from the reign of certain popes.*

<sup>xxii</sup>. Ibidem, p. 166: *What reason is there for an original to be accounted holy, and the copy burnt as impious and execrable?*

<sup>xxiii</sup>. Ibidem, p. 166: *Yet it is incontestable that the reading of history tends incidentally to produce precisely the same effect as the reading of Machiavelli.*

<sup>xxiv</sup>. Ibidem, p. 169: *so true is it that one needs to have become a prince, or at the very least a minister, to understand not the utility, I say, but the absolute necessity of these maxims.*

<sup>xxv</sup>. O termo *vontade de sistema* foi cunhado por Diogo Pires Aurélio, em seu livro sobre Descartes, Hobbes e Espinosa, *A vontade de sistema : estudos sobre filosofia e política*, Lisboa : Cosmos, 1998.

<sup>xxvi</sup>. Cf. Pierre Bayle, *Pensées Diverses sur le Comète*, apud Thomas Horne, *The Social Thought of Bernard Mandeville: Virtue and Commerce in Early Eighteenth Century England*, London: The Macmillan Press, 1979, pp. 30-31: *...Maintain avarice and ambition in all their ardor, prohibit them only in theft and fraud, animate them in all other respects by rewards: promote pensions for those who invented new manufactures, or new means of increasing commerce...Do not fear the effects of the love of gold: it is truly a poison which result in a thousand corrupt passions...It is this that caused the most pernicious disorders of the Roman Republic...But do not be concerned, it is not necessary that the same things happen in all centuries and in all kinds of climate...You know the maxim that a dishonest man is able to be a good citizen. He renders services that an honest man is incapable of rendering.*

<sup>xxvii</sup>. Cf. Pierre Bayle, "Bodin", In: Sally L. Jenkinson (Ed.), *op. cit.*, pp. 17-28.

<sup>xxviii</sup> . Ibidem, p. 20.

<sup>xxix</sup> . Ibidem, pp. 18-19: *He had the courage to stand up to those who wanted all the king's subjects to be compelled to profess the Catholic religion (...) this resolution would be an infraction of the Edicts.*

<sup>xxx</sup>. Ibidem, p.10: *... he (Bodin) spoke out very forthrightly against those who maintained that the authority of monarchs was unlimited while failing to satisfy those of republican sentiments.*

<sup>xxxi</sup> . Ibidem, p. 20: *I believe that was because – among other reasons – he maintained that it is not appropriate for one subject in particular, nor for all in general, to conspire against the honor or the life of such monarchs either by violence or in a juridical way – and notwithstanding that they might have committed all the villainy, impiety or cruelty that can be named.*

<sup>xxxii</sup> . Ibidem, p. 20: *But that opinion does not seem to be very consistent with the doctrine that he also maintained: namely that the power of those monarchs had certain limits and that they were obliged to govern according to the law, though one may finally recognize that in (subscribing to) both these doctrines he had at heart the public good and the peace and tranquility of the state (19-20).*

<sup>xxxiii</sup>. Cf. Pierre Bayle, "Hobbes", In: Sally L. Jenkinson (Ed.), *op. cit.*, pp. 79-92.

<sup>xxxiv</sup>. Ibidem, p.84: *The work made Hobbes many enemies but he obliged the more far-sighted to admit that the fundamentals of politics had never previously been analyzed so well.*

<sup>xxxv</sup>. Ibidem, p. 84: *I have no doubt that he took certain things too far.*

<sup>xxxvi</sup>. Ibidem, p. 84: *He took matters to the other extreme since he taught that the authority of kings should have no limits, and in particular that the external aspects of religion, being the most virulent cause of civil war, ought to depend upon their will.*

<sup>xxxvii</sup>. Ibidem, pp. 84-85: *There are people who believed that his system, if one considers it from the perspective of its theory only, is elegantly constructed and wholly consonant with the idea of a state well secured against troubles. But because the most reasonable ideas are subject to a thousand inconveniences when they come to be put into practice – that is to say, when attempts are made to implement the in the face of that fearsome train of emotions which reigns amongst mankind – it was hardly difficult to find many faults in this author's political system.*

<sup>xxxviii</sup>. Ibidem, p. 86: *A man may aim for the best, he may build systems better than Plato's Republic, or More's Utopia or Campanella's Republic of the Sun etc, but all such ideas will turn out to have some inadequacies and deficiencies once you try to put them into practice. Men's passions, which feed upon one another in prodigious variety, will soon ruin the hopes which these fine systems inspire. Note that happens when mathematicians attempt to apply to the material world their speculations concerning points and lines. They can do everything they want with their lines and their areas, for they are pure ideas of the mind; and the mind allows us to strip away what we please of their dimensions, which is why we can demonstrate the most elegant things possible concerning the nature of the circle, or the infinite divisibility of the continuum. But if all founders when we apply it to matter which exists outside of our minds – hard and impenetrable matter. This may serve as a metaphor for real human passions when confronted by the speculative theories of a man who has formed an idea of perfect government (86-87).*

<sup>xxxix</sup>. Ibidem, pp. 85-86: *...I can by no means approve his maxims and principles, which are extremely pernicious and very dangerous, in as much as he supposes all men to be base or gives them reason to be so. His whole purpose is to write in favour of monarchy: which could be done so much more effectively than this by proceeding from maxims more virtuous and more substantial (...) I do not see how he can exempt his book from being censured.*

<sup>xl</sup>. Ibidem, p. 86: *It is undeniable that there are some men who conduct themselves according to ideas of decency (honnêté) and out of a desire for noble glory, and that the greater part of men are only moderated reprehensible. This ordinariness (la médiocrité) suffices, I admit, to ensure that the history of human affairs is saturated with iniquity, which leaves almost everywhere the imprint of the heart's corruption; but it would be far worse were the greatest number of men not in many instances able to repress (réprimer) their unsavory inclinations, either through fear of dishonor or from the hope of praise. And, moreover, it is proof that corruption has not taken hold to the ultimate degree. I am not here considering the good effects of true religion but rather mankind in general.*

<sup>xli</sup>. Cf. Frédéric Brahami, "Théories Sceptiques de la Poliiques: Montaigne et Bayle", In: Gianni Paganini (Ed.), *The Return of Scepticism: From Hobbes and Descartes to Bayle*, Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 2003, pp. 377-392.

<sup>xlii</sup>. Cf. Pierre Bayle, *Continuation des Pensées Diverses*, 23, apud Frédéric Brahami, op. cit., p. 380.

<sup>xliii</sup>. Cf. Pierre Bayle, *Réponses aux questions d'un provincial*, I, 105, apud Frédéric Brahami, op. cit. p. 381.

<sup>xliv</sup>. Cf. Pierre Bayle, *Réponses aux questions d'un provincial*, I, 105, apud Frédéric Brahami, op. cit. p. 381.

<sup>xlv</sup>. Cf. Frédéric Brahami, "Théories Sceptiques de la Poliiques: Montaigne et Bayle", In: Gianni Paganini (Ed.), *The Return of Scepticism: From Hobbes and Descartes to Bayle*, Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 2003, pp. 377-392.

<sup>xlvi</sup>. Cf. R. Shackleton, "Bayle and Montesquieu", In: Paul Dibon (Ed.), op. cit., pp. 142-149.

<sup>xlvii</sup>. Apud Schakleton, op. cit., p. 143

---

xlviii. Cf. Pierre Bayle, *Continuations des Pensées Diverses*, I, p. 22, apud R. Shackleton, op. cit. p. 144.

xlix. Cf. R. Schakleton, op, cit., p. 144.

i. Ibidem, p. 145.

ii. Cf. Pierre Bayle, *Pensées Diverses sur le Comète*, apud Thomas Horne, *The Social Thought of Bernard Mandeville: Virtue and Commerce in Early Eighteenth Century England*, London: The Macmillan Press, 1979, p. 29

iii. Idem, p. 30.

iiii. Idem, p. 30: *The true Christians, it seems to me, consider themselves as voyagers and pilgrims who are traveling to heaven, their true country. They regard the world as a banishment...they are...always attentive to mortify their flesh, to repress the love of riches and of honors, to repress the pleasures of the flesh, and to subdue...pride...*

*Examine this thing well and you will find, I am certain, that a nation totally composed of people like that would be soon enslaved if an enemy undertook to conquer it, because they would be unable to furnish themselves with good soldiers, or enough money to pay the expenses of soldiers.*